

## CARESTIA

## Índice que corrige aluguel desacelera

Queda do preço dos combustíveis provoca redução do IGP-M em agosto

» RAFAELA GONÇALVES

Após uma sequência de altas, o Índice Geral de Preços — Mercado (IGP-M) registrou queda de 0,70% em agosto. Segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), responsável pelo cálculo, essa é a primeira taxa negativa desde setembro do ano passado. O indicador é usado para reajustar grande parte de contratos de aluguel. O recuo neste mês, de acordo com a pesquisa, foi influenciado pela recente redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis e energia, além da queda nos preços da gasolina e do diesel nas refinarias.

“Os combustíveis fósseis — dada a redução do ICMS e dos preços na refinaria — seguem exercendo expressiva influência sobre os resultados”, destacou André Braz, coordenador de Índices de Preços da FGV. Com esse resultado, o IGP-M acumula alta de 7,63% no ano e de 8,59%, em 12 meses — esse, por exemplo, seria o percentual de atualização, em setembro, do valor de um contrato de aluguel com previsão de reajuste anual. Em julho, o acumulado em 12 meses era de 10,08%. No ano passado, chegou a registrar variação acima de 30%.

O IGP-M é composto pela ponderação de três outros índices. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que registra variações de preços de produtos agropecuários e industriais, também apresentou recuo de 0,71% em agosto. O principal destaque deste subitem foi o subgrupo combustíveis para o consumo, cuja taxa passou de

Breno Fortes/CB/D.A. Press



Indicador normalmente usado para reajustar contratos de locação recuou 0,70% neste mês

8,59%

Alta acumulada pelo IGP-M nos últimos 12 meses

2,39% para -6,38%. Braz chamou a atenção também para uma desaceleração mais forte em torno de grandes commodities agrícolas e minerais. Do lado das matérias-primas brutas, o recuo foi de 0,63% neste mês, puxado pelas quedas do minério de ferro, milho em grão e algodão em caroço.

Já o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) recuou 1,18%. Seis das oito classes de despesa do índice registraram decréscimo em suas taxas de variação, de acordo com o Ibre. A principal contribuição partiu também do grupo transportes, que passou de um recuo de 2,42% para queda de 4,84%. “No índice ao produtor, as quedas nos preços da gasolina e do diesel ajudaram a ampliar o recuo da taxa. Já no âmbito do consumidor, passagens aéreas e etanol também contribuíram para o arrefecimento da inflação”, destacou André Braz.

Também foi destaque no IPC o decréscimo dos grupos educação, leitura e recreação; alimentação; comunicação; vestuário; e habitação. Em contrapartida, os grupos

saúde e cuidados pessoais e despesas diversas registraram alta. A FGV destacou os artigos de higiene e cuidado pessoal e cigarros, com as maiores variações positivas.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou leve variação positiva de 0,33% neste mês. Os três grupos componentes do INCC registraram variações na passagem de julho para agosto: materiais e equipamentos, de 0,62% para 0,03%; serviços, de 0,49% para 0,68%; e mão de obra, de 1,76% para 0,54%. O setor da construção tem apresentado um nível de atividade maior do que o esperado, segundo analistas, ainda reflexo da taxa de juros real observada no início de 2021.

## PLANOS DE SAÚDE

## Controvérsia ainda longe do fim

» JOÃO GABRIEL FREITAS\*  
» RAPHAEL PATI\*

Aprovado no Senado Federal na terça-feira, o Projeto de Lei (PL) 2.033/2022, que obriga as empresas de plano de saúde a cobrirem tratamentos que não constam da lista da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), ainda gera incertezas. Especialistas apontam que, mesmo com a aprovação, as operadoras de planos podem usar recursos jurídicos para se esquivar da responsabilidade.

Para entrar em vigor, o projeto de lei ainda precisa ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que pode vetá-lo parcial ou integralmente. Depois disso, o Congresso pode confirmar ou derrubar os vetos.

No entendimento da advogada Rebeca Paranaçu, especialista na área de direito e saúde no escritório Bento Muniz Advocacia, o projeto pode encarecer o serviço de planos de saúde para a população. Ela avalia que há grande chance de haver uma queda na contratação dos planos e a consequente saída de muitos clientes atuais, já que é provável que haverá mais custos para que os serviços sejam oferecidos de forma irrestrita.

“Se o valor dos sinistros ultrapassa o percentual estipulado em contrato pela operadora, o orçamento desta acaba sendo comprometido. Assim, deixando esse rol indefinido, acaba ficando inviável se calcular o valor a ser gasto pela operadora, não havendo alternativa senão o repasse desses custos ao consumidor”, afirmou.

A Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abrame) criticou a aprovação do projeto pelo Senado. A entidade disse que “lamentamos a falta de um debate técnico mais aprofundado sobre o assunto”. Segundo a Abrame,



com a aprovação do PL, há o risco de pacientes serem expostos a tratamentos e tecnologias que ainda não foram comprovados clinicamente.

“O texto obriga os planos de saúde no Brasil a cobrirem terapias, procedimentos e medicamentos que não foram incorporados em nenhum país do mundo, o que trará sérios riscos à segurança dos pacientes e pode levar o setor de saúde brasileiro, privado e público, a um colapso sistêmico”, critica a associação.

A Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) também manifestou preocupação com o projeto. A entidade aponta que, com a mudança na legislação, haverá um retrocesso no setor de planos, o que prejudicaria a situação dos beneficiários.

“Além da insegurança para a

saúde dos beneficiários, as alterações gerarão, ainda, significativo impacto financeiro, visto que a cobertura ilimitada não só compromete a previsibilidade de despesas — condição fundamental para a definição dos preços dos planos de saúde —, como também eleva os custos em saúde, portanto, o valor das mensalidades”, se posicionou, em nota, a entidade.

## Aspecto social

Para Columbano Feijó, especialista em saúde suplementar, o argumento econômico não pode se sobrepor ao aspecto social do debate. “Os planos estão argumentando que o projeto pode causar prejuízos econômicos devido à alta demanda de procedimentos. Porém, os números não refletem isso, uma vez que

a maioria dessas operadoras estavam apresentando lucro. Como sociedade, devemos entender que a posição financeira não é válida diante da necessidade dos pacientes. Saúde não tem preço”, defendeu.

De acordo com advogado, o modelo exemplificativo é ideal para a saúde suplementar brasileira, pois concede segurança aos pacientes e prioriza a dinâmica da ciência médica. “Medicina não é uma ciência exata, é algo que muda muito. Surgem todos os dias novos problemas e, consequentemente, novos tratamentos. Esperar que um problema entre na lista da ANS para tratá-lo é prejudicial ao cidadão, já que a demora pode piorar o quadro do paciente.”

\*Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo

## COMÉRCIO EM PAUTA

Trabalho que valoriza o Brasil



## NA FUNDAÇÃO DA ACADEMIA CARIOCA DE DIREITO, MINISTRO FUX DESTACA ATUAÇÃO DA CNC

Com a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, foi realizada, no dia 26 de agosto, a solenidade de fundação da Academia Carioca de Direito (ACD). A posse da primeira presidente da instituição, a advogada Rita de Cássia Sant’Anna Cortez, e dos 25 acadêmicos fundadores aconteceu no auditório da sede da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no Rio de Janeiro, contando também com as presenças do presidente da entidade, José Roberto Tadros, e do consultor da Presidência da CNC, Bernardo Cabral, idealizador da ACD.

Ao comentar a iniciativa de criação da ACD, Luiz Fux destacou a participação da Confederação. “Este é um momento ímpar, e a CNC está sempre engajada em grandes projetos de difusão do Rio de Janeiro. A ACD significa a nossa realidade jurídica. O Rio de Janeiro produziu grandes juristas,

o que pode ser constatado na observação do patronato dos grandes nomes apresentados na Academia do Rio de Janeiro. E já era hora de haver esse reconhecimento”, ressaltou.

A ACD tem 25 cadeiras, com seus fundadores e respectivos patronos. Na solenidade, os acadêmicos foram diplomados um a um. A Cadeira nº 1 tem como fundador José Bernardo Cabral e, como patrono, Sílvio Augusto de Bastos Meira. O fundador da nº 4 é José Roberto Tadros e o patrono, Paulo Bonavides. O presidente Tadros celebrou a fundação da Academia, destacando a honra da CNC de servir de cenário para este momento histórico. “A CNC, o Sesc e o Senac só existem porque foram mantidos na Constituição com Direitos que o STF preserva. De forma que esta Casa estará sempre aberta aos caminhos do Direito, da Justiça e do bem-estar da população”, afirmou.



O presidente do STF, Luiz Fux e José Roberto Tadros, da CNC

## DEPARTAMENTO NACIONAL DO SESC RECOLHE PRODUTOS ELETRÔNICOS E MATERIAIS PARA RECICLAGEM

Para colaborar com o descarte e o consumo consciente de seus empregados, o Departamento Nacional do Sesc, localizado no Rio de Janeiro, disponibiliza pontos de coleta de materiais recicláveis no local de trabalho.

O objetivo é estimular práticas sustentáveis e a destinação correta de produtos, sobretudo os equipamentos eletrônicos, que, quando chegam ao fim de sua vida útil, acabam indo para o lixo comum. A coleta de materiais recicláveis integra o Ecos — Programa de Sustentabilidade CNC-Sesc-Senac, realizado desde 2010.

Os produtos são doados a parceiros, que os revertem em outros benefícios, destinados a diferentes segmentos de público. Os lacres de

alumínio vão para o projeto Lacres do Bem, que arrecada e vende os itens para compra de cadeiras de rodas, doadas para pessoas com deficiência física e entidades filantrópicas. Equipamentos eletrônicos, pilhas e baterias são recolhidos pela Green Eletron para recuperação e reutilização em processos industriais. O óleo de cozinha é recebido pelo Instituto Libertas e direcionado a uma empresa que realiza o manejo e o destina a fábricas de biodiesel, sabão e ração animal. A Terracycle é responsável por encaminhar os itens de escritório e esponjas, que podem ser transformados em Pellet, matéria-prima para produção de diversos objetos, como bancos e lixeiras.



Ponto de coleta do programa do Sesc: ações de conscientização

## CHAPADA DIAMANTINA GANHA MODERNO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SENAC

O Senac expande sua atuação pela Bahia com o mais novo núcleo de educação profissional em Irecê, na Chapada Diamantina. A estrutura será capaz de atender 250 alunos por dia e vai oferecer à comunidade cursos, oficinas e palestras nas áreas de comunicação, idiomas, conservação e zeladoria, comércio, tecnologia da informação, turismo, hospedagem e gestão.

O prédio dispõe de três salas de aulas convencionais, um laboratório de tecnologia da informação, sala

administrativa, recepção e espaço de convivência.

Irecê emprega, atualmente, uma média de 10 mil pessoas nos setores de comércio e serviços. O Senac chega para colaborar com a profissionalização da população da cidade e de outros 20 municípios localizados no seu entorno.

A instituição já tem um histórico de atuação local. Por meio de parceria com o Sindicato do Comércio, a carreta-escola do programa Senac Móvel tem levado capacitação gratuita aos moradores há mais de 12 anos.

## TRABALHO A FAVOR DO BRASIL

Accesse o site [afavorodobrasil.cnc.org.br](http://afavorodobrasil.cnc.org.br) e conheça as ações que o Sistema Comércio vem realizando para ajudar o país a superar a crise.

[www.portaldocomercio.org.br](http://www.portaldocomercio.org.br)

Facebook @sistema.cnc Instagram @sistemacnc Twitter @sistemacnc YouTube @tvconline